

COMÉRCIO EXTERIOR

RELAÇÕES BILATERAIS

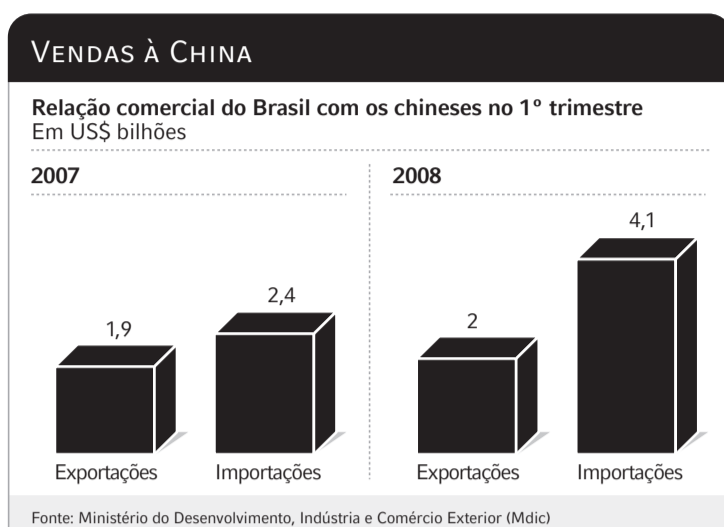
Importações chinesas podem causar pressões protecionistas

Governo afirma que China deveria anunciar uma agenda positiva para amenizar o prejuízo na balança; analistas questionam competitividade

SÃO PAULO — O governo brasileiro acredita que a queda do saldo da balança comercial entre produtos da China e do Brasil pode prejudicar o setor industrial a ponto de criar "pressões protecionistas" em território brasileiro. Além disso, para amenizar o quadro, o Itamaraty defende a aplicação de uma "nova agenda positiva" na forma de investimentos diretos ao Brasil. As afirmações foram feitas na última semana pelo embaixador do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), Clodoaldo Huguency. Porém, analistas acreditam que o problema da balança comercial não está na China, mas na competitividade.

Para se ter uma idéia, as exportações brasileiras no primeiro trimestre de 2008 evoluíram pouco ao mercado chinês em relação ao ano passado, passando de US\$ 1,9 bilhão para US\$ 2 bilhões. Já as importações praticamente dobraram, passando de US\$ 2,4 bilhões em 2007 para US\$ 4,1 bilhões em 2008.

No entanto, para o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil China (CCIBC), Charles Tang, essa discussão sobre "salvaguardas" é uma menção atrasa-



da. "Temos a tendência de apelar a uma mensagem tão retrógrada como essa. Será que vamos parar o crescimento da China? Até quando vamos tapar o sol com a peneira? É melhor concentrar esforços em melhorar a competitividade do Brasil", rebate.

Segundo Tang, nos últimos anos o Brasil ganhou US\$ 8 bilhões em superávit com a China e apenas no ano passado teve déficit. Além disso, o representante salienta que o empresário brasileiro precisa conviver com tributos que pressionam sua competitividade. "O empresário precisa ter em mente que o chinês não é culpado pelo custo Brasil. O governo deve baixar os tributos", defende. O interlocutor acrescenta ainda que na China a arrecadação de impostos representa algo em torno de 17% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto no Brasil, beira os 40%.

Em 2007, o Brasil exportou US\$ 10,7 bilhões ao mercado chinês,

mas importou US\$ 12,6 bilhões. "Esse déficit é pequeno e sinto que é um bom sinal. Isso porque a grande parte das importações é formada por bens de capital. O empresário está comprando para aumentar a produção", acredita.

Na visão do vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, a China tem seus problemas que devem ser colocados em foco, mas a clara falta de competitividade do Brasil, encabeçada pelo câmbio, deve ser o ponto principal da discussão. "Existem abusos chineses como os salários baixíssimos aplicados no país. Porém, o Brasil não pode dizer que o sistema comercial está desequilibrado por causa disso. Nós tivemos durante anos um grande superávit com eles e agora, só porque o disco virou, a situação muda", questiona.

Castro afirma que o País depende muito do preço das *commodities* para manter uma balan-

ça comercial sadia. "Se fosse só o saldo com a China que estivesse em déficit poderíamos até questionar", informa. Entretanto, o especialista afirma que os chineses estão enfrentando problemas que podem encarecer seu processo comercial no futuro.

Para o secretário executivo do Conselho Empresarial Brasil/China, Rodrigo Maciel, o governo precisa se conscientizar que, com o aumento da demanda doméstica, foi necessário o avanço das importações. Segundo o representante, é preciso avaliar que os produtos que vem sendo adquiridos da China são importantes. "Em 2007, 76% dos produtos foram insumos para indústria e máquinas. Isso confere ao Brasil mais capacidade", informa.

Maciel lembra que em alguns setores houve realmente casos de dumping que estão sendo investigados, mas eles têm uma participação irrelevante. "A cadeia produtiva 100% nacional é um discurso que precisa ser revisto", acrescenta.

Para finalizar, o especialista disse que está na hora do Brasil fazer uma agenda positiva para a China. "O governo brasileiro que precisa apresentar aos investidores projetos para captar recursos. O Brasil quer vender para China sem sair do País. Dessa forma não dá", conclui.

ROBSON GISOLDI

Já publicamos 1.000 reportagens sobre

RELAÇÕES BILATERAIS

Para mais informações sobre esse tema, use nosso buscador nos sites:
www.dci.com.br
www.panoramabrasil.com.br

UNASUL

Governo brasileiro vê dificuldade em união aduaneira

LA PAZ — O assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, afirmou ontem que o governo do Brasil considera difícil a criação de uma União Aduaneira na América do Sul a curto ou médio prazo, devido à existência de diversos blocos comerciais, como o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações, além de casos como o do Chile. Garcia participou do fórum "A mudança do pêndulo político na América Latina", organizado pelo ex-chefe de Estado boliviano Carlos Mesa (2003-2005) e pela fundação espanhola Pablo Iglesias.

O assessor especial disse no fórum que a integração da região será diferente da ocorrida na Europa, que começou com uma União Aduaneira. "No caso da América do Sul, é evidente que nós não podemos ter uma União Aduaneira, pelo menos a curto e médio prazo, porque já temos diferentes sistemas comerciais, que há pouco eram quatro e agora são mais numerosas", disse.

Ele afirmou ainda que a integração comercial é "muito importante", mas que, sozinha, "não soluciona os problemas da região e, em alguns casos, até os complica mais, sobretudo nos países de menor desenvolvimento". "A integração comercial pode ser perfeitamente um fator de aprofundamento dos desequilíbrios comerciais", afirmou.

Garcia lembrou que com exceção da Bolívia, de quem compra gás natural, o Brasil mantém uma relação comercial favorável para seu lado com todas as outras nações.

AGÊNCIA ESTADO

FISCAIS

Audidores da Receita ameaçam retomar greve na segunda-feira

Eles se reúnem hoje com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento para nova conversa

BRASÍLIA — Os auditores-fiscais da Receita Federal podem retomar a greve na próxima segunda-feira caso as negociações salariais com o governo não avancem. Representantes do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco) se reúnem hoje com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, para discutir a pauta de reivindicação da categoria. Os auditores passaram 54 dias de greve e interromperam a paralisação no último dia 12 com a condição de que o governo voltasse a negociar. Já houve uma reunião no dia 15 de maio, quando o Unafisco entregou "uma pauta conciliatória", na qual pede que o governo não desconte dos salários os dias parados; aumento maior dos salários e redução no prazo de escalonamento dos reajustes.

O Ministério do Planejamento já sinalizou que não tem como avançar na proposta financeira. Também já iniciou o corte nos salários. Segundo o Unafisco, estão sendo descontados sete dias de tra-

balho no mês de maio. O Ministério do Planejamento informou que o corte atinge 6.638 auditores, pouco mais da metade do total da categoria. O corte enfraqueceu o movimento. Caso decidam retomar a paralisação, já não deve ter a mesma força.

Na semana passada, o Unafisco realizou assembleia para discutir o reforço do fundo de corte do ponto porque não tem recursos suficientes para o ressarcimento de todos os auditores. O sindicato tem recorrido à Justiça para obter liminares que impeçam o desconto dos salários. O Sindicato informou que uma nova assembleia deve ocorrer na segunda-feira para decidir se voltam a cruzar os prazos. O Unafisco lembra que, quando encerrou a greve, avisou que "a tréguia" dada ao governo para que pudesse negociar terminaria no dia 1 de junho.

Para a categoria a suspensão da paralisação por 21 dias foi demonstração de boa vontade. Os auditores querem elevar o teto salarial de R\$ 14 mil para R\$ 19,6 mil. O governo propôs atingir R\$ 19,25 mil em reajuste escalonados até julho de 2010. O Unafisco reivindica que a antecipação das parcelas de aumento salarial de modo que este valor seja alcançado em abril de 2009. Desde 2002, a categoria teve reajustes salariais de 160%.

AGÊNCIA ESTADO

OMC

Brasil teria cota para açúcar e carne em Doha

GENEVA — Em público, lamentando. Nos bastidores, satisfeitos. Ao que parece, é assim que têm se comportado os diplomatas brasileiros, após receberem indicações de que a conclusão da Rodada de Doha abrirá cotas para as exportações de açúcar e carne bovina. Ontem, a Organização Mundial do Comércio (OMC) se reuniu pela primeira vez desde que o rascunho de um acordo final foi apresentado, na semana passada. O Itamaraty deixou claro que está pronto para utilizar o texto como base e indicou preocupações em

alguns aspectos do acordo, como a abertura de mercados e a redução de subsídios.

Mas nos bastidores recebeu indicações de que as novas cotas para a exportação do açúcar chegariam a 600 mil toneladas no mercado europeu. Hoje, a cota brasileira não passa de 25 mil toneladas e, na avaliação do Itamaraty, mesmo que o Brasil não ocupe toda a cota, ficará com grande parcela desse novo espaço. Até hoje, o melhor que o País havia atingido era o compromisso de longo prazo de importar 1 milhão de toneladas de etanol dentro do

acordo entre a UE e o Mercosul. No setor de carne bovina, o Brasil passaria de uma cota de apenas 5 mil toneladas para mais de 200 mil. As vendas dentro da cota são beneficiadas de tarifas de importação reduzidas, tanto para açúcar como para carnes.

Mesmo assim, o governo brasileiro insistiu que um acordo precisará garantir um corte significativo de subsídios. Para o embaixador do Brasil na OMC, Clodoaldo Huguency, a crise no setor de alimentos no mundo obriga os países a acelerar uma conclusão da Rodada que permita a redução de distorções nos mercados. "A Rodada precisa ajudar a providenciar uma solução efetiva e de longo prazo à situação atual", diz.

AGÊNCIA ESTADO

Informe Econômico

Mundo enfrenta problema inflacionário há muito não visto

SÃO PAULO — O ministro da Fazenda, Guido Mantega, ressaltou ontem que o mundo todo enfrenta um problema inflacionário que há muito tempo não se via. As causas, segundo ele, são muito claras. Entre elas estão a crise do subprime nos EUA, que leva os investidores de papéis de países avançados a trocarem suas aplicações para o segmento de commodities, e o baixo nível dos investimentos no setor agrícola nos últimos 20 anos. "Este quadro, com o aumento da demanda por causa do crescimento de países emergentes, como Chile, Índia e até Brasil, acaba apresentando um crescimento mais rápido da procura de alimentos do que da oferta", enumerou Mantega durante palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em

São Paulo, a um grupo de cerca de 200 empresários.

Além disso, segundo o ministro, fenômenos naturais, como enchentes e secas, também prejudicam o setor. Ele destacou que vários países estão se desviando das metas de inflação estabelecidas por cada nação, citando Suécia, Chile, México, Noruega e África do Sul, entre outros. "O Brasil, por sua vez, está dentro da meta, mas é preciso levar em consideração a banda", disse.

Mantega também comparou o Brasil aos outros integrantes do grupo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), salientando que o Brasil é o que apresenta a melhor performance inflacionária. O ministro lembrou que até abril o IPCA acumulado em 12 meses está em 5,04%, mas destacou que se forem retirados itens como feijão, leite e carne, a inflação seria de 2,4%.

Rede Energia fará oferta de certificado de ação

SÃO PAULO — A Rede Energia SA protocolou ontem junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de registro de oferta pública de certificados de depósitos de ações (*units*). Segundo a companhia, cada *unit* corresponderá a uma ação ordinária e quatro papéis preferenciais de emissão da Rede Energia. De acordo com fato relevante enviado ontem pela companhia à CVM, "os termos e condições detalhados da oferta serão divulgados ao mercado por meio de aviso a ser oportunamente publicado".

Vale quer vender participação na Usiminas

SÃO PAULO — A Vale (Companhia Vale do Rio Doce) anunciou ontem em comunicado ao mercado que "tem a intenção de vender integralmente sua participação no capital da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - Usiminas". De acordo com documento protocolado pela Vale junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), atualmente, a companhia detém 5,89% das ações ordinárias da Usiminas. A Vale disse que tem interesse de vender em mercado as ações da Usiminas de sua propriedade.

BR Malls compra shopping center em Campinas

SÃO PAULO — A BR Malls comunicou ontem ter celebrado contrato para a compra de 100% das frações ideais e benfeitorias que compõem o Campinas Shopping. A efetivação da compra e venda ocorrerá no prazo de até 120 dias. O Campinas Shopping está localizado na cidade de Campinas, São Paulo. O shopping tem 32.261 m² de Área Bruta Locável (ABL), 168 lojas e recebe mais de um milhão de visitantes por mês. Após a mencionada aquisição, a BR MALLS ampliou o ABL Próprio de 380,4 mil m² para 412,7 mil m².

Caixa lança fundo para investidor qualificado

SÃO PAULO — A Caixa Econômica Federal lança nesta semana um fundo voltado para investidores qualificados que buscam rentabilidade e segurança. O fundo, denominado Caixa FI Multimercado Capital Protegido, prevê ganhos na renda variável, com a preservação do capital investido. Os interessados em participar podem aderir ao fundo entre os dias 26 de maio e 17 de junho. O valor mínimo da aplicação é de R\$ 10 mil e o resgate será feito em uma única parcela. O fundo contará com R\$ 100 milhões.

Telemar distribuirá R\$ 1,61 bilhão em dívida

SÃO PAULO — A Telemar Participações SA publicou aviso ao mercado sobre uma distribuição de debêntures (título de dívida de médio ou longo prazo emitidos por empresas) no valor de R\$ 1,610 bilhão. De acordo com documento protocolado pela companhia junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os títulos serão distribuídos em duas séries — no total, serão ofertadas 161 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil. O registro da oferta na CVM está previsto para 2 de julho deste ano, segundo cronograma estimado.

Procuradoria pede revisão de sentença de Zélia

SÃO PAULO — A Procuradoria Geral da República (PGR) entrou com um recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) pedindo a revisão da decisão do ministro Nilson Naves que inocentou a ex-ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello do crime de corrupção passiva. Caso Naves mantenha a resolução, a PGR pede que a 6ª Turma do STJ retifique a determinação e considere os argumentos apresentados pelo Ministério Público Federal (MPF) para a restauração da sentença de primeiro grau que condenou Zélia.

Mantega descarta conflito sobre fundo soberano

SÃO PAULO — O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, não é contra a instituição do fundo soberano no Brasil. A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, em São Paulo, onde participou de reunião com a diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Na verdade, ele é contra o uso das reservas do país para constituir o fundo. Porém, ela [reserva] não será usada", afirmou o ministro.

MÁRCIO RODRIGUES COM AGÊNCIAS